

## A PESSOA HUMANA E A MEDICINA ACTUAL

O notável progresso técnico-científico que testemunhamos, com espanto e suspeita, a preocupante mutação axiológica que se operou na sociedade contemporânea, em que o valor cedeu o lugar ao preço, e o domínio avassalador e insaciável do poder económico, são fenómenos que solicitam profunda reflexão, designadamente no que respeita ao ser humano. Entre muitas interrogações, há duas que emergem, cruciais e prioritárias: A que espécie pertence o homem? O que é a pessoa humana?

Na visão materialista, o homem não difere do animal. Como este, não é um ser livre e indeterminado, mas exclusivamente prisioneiro de códigos genéticos e ambientais. Postula o materialismo que a vida do espírito é produzida e determinada pela matéria, pelo

que o homem não constitui excepção no reino animal. Cabe perguntar: o animal é responsável, tem consciência moral, cuida dos mortos, utiliza a palavra ou símbolos na comunicação, faz perguntas, pode prometer, ri, odeia ou tortura em vão, contempla e cria beleza, ergue edifícios jurídicos, professa uma religião? É claro que não. O monismo físico não consegue explicar a excepcionalidade humana. O homem pertence a uma espécie singular e única no universo. Nas palavras de Pico Della Mirandola: «Se dos animais se espera tudo aquilo que serão», a felicidade do ser humano vai no sentido de «ser aquilo que quer». Ou no entendimento de Ortega y Gasset: «O ser humano é feito de uma matéria tão estranha que em parte é aparentado com a natureza e em parte não, ao mesmo tempo natural e fora da natureza, de algum modo centauro ontológico com uma metade na natureza e uma outra que o transcende». De facto, como sublinhou Oriana Fallaci «o bem e o mal não podem ser uma coisa meramente de hemoglobina e de clorofila».

O que é então a pessoa humana? «A pessoa significa o mais perfeito que há de toda a natureza» e «o mais digno de toda a natureza, anterior e superior à sociedade e ao Estado», citando Tomás de Aquino. «A pessoa é uma existência única, irrepetível, absolutamente insubstituível da qual se deriva a sua dignidade», no pensamento de Duns Escoto. «O homem não tem preço mas dignidade», afirmou Kant. «Aos meus olhos o valor da pessoa em si mesma é o grau axiológico supremo», na assunção de Max Scheler. E Jaques Maritain assim se expressou: «Uma pessoa é um universo de natureza espiritual dotado de liberdade de escolha e constituindo um todo independente face ao mundo. Nem a natureza nem o Estado podem prejudicar este universo sem a sua permissão».

Todas estas intelecções, e muitas outras de idêntico sentido podiam ser convocadas, consubstanciam uma concepção da pessoa humana de inspiração cristã. É

sem dúvida com o Cristianismo que o conceito de pessoa emerge na sua plenitude, como ser que possui valor em si mesmo, ser de fins absolutos, dotado de liberdade, responsabilidade e dignidade. Ora esta visão espiritual do ser humano encontra-se plasmada nomeadamente na «Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia», como conceito axial e fundacional. No preâmbulo afirma-se que «é consciente do seu património espiritual e moral, que a União se baseia nos valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade».

No entanto, o homem continua a ser impiedosamente flagelado na sua dignidade porque, como sublinhou Pico Della Mirandola no seu «Discurso sobre a dignidade humana», eis as possibilidades que estão diante do ser humano: «Poderás degenerar até aos seres que são as bestas, poderás regenerar-te até às realidades superiores que são divinas, por decisão do teu ânimo». Infelizmente, ao longo da sua história, o

homem tem sido bem mais fero que virtuoso. E apesar dos notáveis progressos materiais que assinalam o mundo moderno, é chocante o vazio moral em que estiola. É este inquietante contraste entre os avanços prodigiosos da técnica e da ciência, e o empobrecimento espiritual, que anatematiza a sociedade contemporânea e constitui a mais séria ameaça à dignidade da pessoa humana. O homem, ser metafísico e aos olhos do crente criatura de Deus, vai continuar a ser algarismo na burocracia infernal, cifrão, robot, meio e não fim, objecto mas não sujeito. E se doente, é utente. É que o homem vem depois da economia e do Estado, assim proclamam os sobas da sociedade podrida em que vivemos.

Vou procurar concretizar e exemplificar estas reflexões, transpondo-as para o terreno da prática clínica no nosso país.

É iniludível que as conquistas científicas e os avanços tecnológicos das últimas dezenas de anos

revolucionaram a medicina, prodigalizando benefícios enormes, e é também inquestionável que não devemos deixar de aplicar continuamente o desenvolvimento tecnocientífico aos problemas da Saúde. Infelizmente, porém, tem sido de tal forma empolado o modelo tecnicista dos cuidados médicos que a sua prática tem transmitido uma imagem da medicina em termos de ciência eminentemente curativa, onde o médico se transmuta alegoricamente na figuração de um técnico ou mecânico reparador de avarias. A medicina científica é conceptualizada e praticada largamente no âmbito da especialização, num processo de reducionismo excessivo e de fragmentação do organismo humano incompatível com o conceito holístico de medicina integral.

Por outro lado, entre o médico e o doente interpõe-se uma atmosfera tecnológica que inquina as suas relações com a distância fria da impessoalidade. Colocada entre ambos, a máquina dirige inexoravelmente a atenção, quer do médico, quer do

enfermo, para os aspectos mensuráveis da doença, alheando-os dos factores humanos e psicossociais, de uma importância crucial. O médico renunciou gradualmente à evidência subjectiva - o que o doente diz - substituindo-a pela evidência objectiva - o que a máquina revela -, isto é, foi-se afastando progressivamente do seu doente e do seu próprio julgamento clínico.

O paradoxo da medicina actual é que se volta contra si mesma à medida que avança. Com efeito, a medicina contemporânea evolui para um profundo reducionismo, celular e molecular, e para um dualismo em que o corpo do doente é instrumentalizado e a espiritualidade ignorada. Ora a medicina não pode nem deve confinar-se às fronteiras do cientismo tecnológico empirista e racionalista. Deve voar para a transdisciplinaridade, porque a medicina é não só ciência e técnica, mas também arte, a sua terceira essência. É esta que alcandora a medicina ao patamar da metaciência, enquanto

maneira, modo ou jeito de lidar com o doente, suavizar a sua inquietação, sondar o seu atribulado espírito, compartilhar a sua dor, esclarecer as suas dúvidas e respeitar a sua dignidade e a sua essência metafísica. Sem arte, a medicina reduz-se a uma disciplina tecnocientífica timbrada pela frieza, sem perspectiva humanista. Por isso, quem pratica medicina, deverá ser, em primeiro lugar, um cientista, isto é, um profissional com sólida competência científica e técnica, que saiba equacionar o «porquê» e «para quê» do acto médico. Ser cientista, no entanto, não basta. Enquanto arte, a medicina exige um envolvimento intelectual e moral que ultrapassa o saber técnico. Neste sentido, quem pratica medicina deve cultivar a sabedoria e o bom senso do humanismo, requisitos cruciais para o seu exercício exemplar, porque o doente necessita de informação, compreensão e acompanhamento. O tempo de um olhar, a troca de uma palavra ou de um gesto, uma presença amiga, não têm preço. Por isso Salomon propõe a distinção entre cientistas que se definem



profissionalmente por uma competência, e «sábios» os que possuem aptidão para ultrapassar o saber técnico por meio de um envolvimento intelectual, afectivo e compassivo que visa mais que o domínio de uma especialidade. Para este autor, o «sábio» é uma figura de cultura, enquanto que «a maior parte dos cientistas são executantes de uma ciência sem alma nem consciência».

No nosso Serviço Nacional de Saúde (SNS) a relação médico doente foi-se paulatinamente esboroando, isto é, a arte médica foi secundarizada e banalizada. Quando o ser humano adocece e consegue ter acesso a esta máquina apodrecida, desumana, desgovernada e refém de uma iníqua austeridade financeira, e tantas vezes só ao fim de meses ou de anos, por não ter alternativa, é logo à entrada despojado da sua dignidade. De pessoa humana, passa a algarismo de uma burocracia infernal, a cifrão porque cada doença tem um preço avaliado pelos capatazes da tutela que enxameiam as instituições de saúde, a robot porque,

não sendo sujeito mas objecto, é prioritária e mecanicamente engrenado numa cadeia de produção de intervenções técnicas, amiúde estereotipadas, de que emerge estonteado porque ninguém com ele conversou, e a utente porque o essencial é reparar a doença e não cuidar do doente. Por fim, para que a reparação seja menos dispendiosa, os capatazes impõem celeridade na alta, apesar da sua óbvia ignorância clínica. Saúde barata, ainda que desqualificada, é a meta almejada. O utente sai com a avaria reparada, e nem sempre bem. Mas o doente continua doente ou insatisfeito, porque não lhe foi concedida a oportunidade de dialogar e de cuidar da sua condição psicológica e espiritual. Dizia Sir William Osler, o fundador da medicina clínica de base científica que «era mais importante conhecer o doente que tem a doença do que conhecer a doença que o doente tem». É que cada doente é um caso singular, uma pessoa singular. Nenhum ser vivo é uma cópia perfeita de outro. Este princípio tem sido cada vez mais ignorado.

Um sistema de saúde, qualquer que seja o seu figurino, que não privilegie a relação médico-doente, será sempre desacreditado. O diálogo entre o médico e o enfermo, «o encontro da consciência com a confiança» como alguém sabiamente sublinhou, constitui o acto médico mais nobre e insubstituível na prática clínica, sendo um dos pilares essenciais na edificação de um sistema de saúde de qualidade. Sem a essência da arte, a medicina fica seriamente amputada. É o que presentemente sucede no SNS. A sua urgente reforma deveria começar pelo reconhecimento desta noção elementar. No Reino Unido, por exemplo, onde fomos copiar no passado o nosso modelo de SNS, as reformas entretanto operadas visaram centrar o serviço de saúde no cidadão e reforçar a opção do doente pelo médico ou pela unidade de saúde preferida. Esta liberdade de escolha recupera e nobilita a relação médico-doente, optimiza a acessibilidade e a cobertura universal, reduz de forma impressionante os famigerados tempos de

espera, um símbolo da incompetência de qualquer sistema de saúde, fomenta a competição pela qualidade e eficiência, consagra o mérito e não agrava os custos da saúde. No nosso país, infelizmente, a saúde, um direito sagrado e universal, continua a ser conceptualizada, debatida e disputada no vazio da arena política e no vesgo terreno ideológico, pelo que é muito difícil reinventar um SNS de excelência e de rosto humano e arquitectar um novo paradigma de sistema de saúde. A indisfarçável inaptidão e insensibilidade dos actuais responsáveis da tutela agravam ainda mais um cenário cada vez mais preocupante. Quando se é incapaz, nomeia-se uma Comissão para fingir. Foi o que aconteceu e o que tem sido usual na história do nosso SNS. É ridículo. Até quando?

*Diniz de Freitas*

*Professor Catedrático Jubilado*

*Faculdade de Medicina de Coimbra*